

Cidades acessíveis: um direito de todos

Volume 1

Comportamento e Comunicação



Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Cidades acessíveis: um direito de todos

Vol. 1: Comportamento e Comunicação

1ª edição

Belo Horizonte
PGJMG | 2025

Ficha técnica

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência (CAO-IPCD)

Responsável: Erika de Fátima Matozinhos Ribeiro – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-IPCD

Material elaborado no escopo do projeto “AMPLIAR: acessibilidade para todos”

Elaboração: Daniela Virginia Vaz, Evelange Leão Rabelo, Flaviana Gomes da Silva, Janaina Maria Maynard Marques, Mayara Lorena Barbosa de Almeida, Márcio Brandão, Natalie da Silva Guimarães, Regina Céli Fonseca Ribeiro, Vania Samira Doro Pereira Pinto

Coordenação: Conselho Regional de Fonoaudiologia da 6ª Região (CREFONO 6) e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais

Organizações envolvidas: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de Minas Gerais (CONPED/MG); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (CREFITO-4 MG); Conselho Regional de Fonoaudiologia da 6ª Região (CREFONO 6); Metrics Serviços de Consultoria e Engenharia Ltda; Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); rede LevanteBH; Renata Assis Arquitetura Urbana Ltda; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE/MG); Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG); Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (SEINFRA/MG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Produção: Assessoria de Comunicação Integrada (Asscom/MPMG)

Capa, projeto gráfico e diagramação: Esther Gonçalves

Revisão: Fernanda Cunha Pinheiro

Confira os volumes da série “Cidades acessíveis: um direito de todos”

Volume 1: Comportamento e Comunicação

Volume 2: Urbanismo, Edificações e Transporte

Volume 3: Tecnologias Assistivas

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODOS OS VOLUMES](#)

	Minas Gerais. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
M663c	Comportamento e comunicação / Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência. – Belo Horizonte : ASSCOM, 2025. 79 p. : il. – (Cidades acessíveis : um direito de todos ; v. 1)
	ISBN 978-65-88261-24-8
	1. Acessibilidade para pessoas com deficiência. 2. Barreira à acessibilidade. 3. Pessoa com deficiência - Brasil. I. Título
	CDDir 341.272 CDU 342.7

Índice

Clique no item do índice para ir diretamente ao seu conteúdo

Apresentação	6
População com deficiência no Brasil	8
O que é acessibilidade	12
O que são barreiras	14
O que é barreira atitudinal	15
O que é comunicação	25
O que é acessibilidade na comunicação	28
Importância dos símbolos na acessibilidade	35
O que é Linguagem Simples	40
Exemplos de acessibilidade na comunicação	42
Acessibilidade comunicacional no ambiente de trabalho	47
Acessibilidade no comércio e no atendimento privado	49
Acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde	51
Acessibilidade comunicacional na cultura, esporte, turismo e lazer	53

Acessibilidade comunicacional, mobilidade e transporte	65
Para saber mais (links úteis)	72
Legislação e normas	76
Referências	77

Apresentação

Você já parou para pensar que, apesar dos avanços ocorridos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, ainda há diversos obstáculos, como barreiras físicas, digitais, de comunicação e sociais, que dificultam a realização de atividades cotidianas e, conseqüentemente, a inclusão efetiva desse grupo na sociedade?

Preocupado com esse panorama, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência e de parcerias interinstitucionais e intersetoriais, lançou o projeto “[aMPliar: acessibilidade para todos](#)”.

O propósito do projeto é estimular e apoiar as cidades de Minas Gerais no desenvolvimento de planos de acessibilidade, por meio de ações planejadas e permanentes, de curto, médio e longo prazos, que

permitam a diminuição ou eliminação de barreiras e, com isso, a inclusão de fato das pessoas com deficiência na sociedade.

Este guia, que faz parte de uma série de três volumes, é um dos instrumentos do projeto que busca facilitar a compreensão sobre as diversas barreiras e formas de possibilitar o melhor e maior acesso das pessoas aos espaços, produtos, serviços e informações, promovendo inclusão social.

Este volume trata das barreiras de comunicação e de comportamento (também chamadas de “atitudinais”, ou seja, relacionadas às atitudes e ao modo de se comportar em determinadas situações) e das possibilidades de sua diminuição ou mesmo eliminação.

População com deficiência no Brasil

O desenvolvimento humano no mundo e no Brasil teve como um dos avanços a evolução do antigo modelo médico de identificação da pessoa com deficiência para o modelo social, resultando em uma abordagem psicossocial dessa constatação. Segundo essa perspectiva, a análise parte da interação entre pessoa e meio ambiente e como essa interação é afetada pelas barreiras existentes.

Conforme [dados levantados pelo IBGE](#) no Censo 2022, considerando as pessoas a partir dos dois anos de idade, foram identificadas **17,2 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, o que corresponde a 8,4%** da população na faixa etária pesquisada. O mesmo levantamento aponta que, em cada grupo etário, as pessoas com deficiência apresentavam o menor grau de instrução e concentração de renda mediana.



No ano de 2019, constatou-se que cerca de **14,5 milhões de domicílios no Brasil tinham moradores com ao menos um tipo de deficiência, correspondendo a 19,8% dos lares brasileiros**, sendo a maioria em zonas rurais e com variações de percentuais de região para região.

O [censo escolar](#) demonstra as dificuldades permanentes na efetivação da educação inclusiva, revelando impactos significativos na frequência e permanência escolar, especialmente das pessoas com deficiência entre 6 e 17 anos, bem como nas taxas de conclusão do ensino médio.

Os maiores índices de dificuldade para se comunicar, para compreender e ser compreendido, lembrar-se das coisas e de dificuldade de concentração ocorrem na infância.

Para os indivíduos surdos filhos de pais não surdos a dificuldade é ainda maior, pois nesse caso existe uma diferença linguística envolvida. Estima-se que **mais de 90% dos surdos nascem em lares de ouvintes**. Para eles, não há acesso à experiência auditiva ou esse acesso é limitado, o que, conseqüentemente, prejudica o desenvolvimento da linguagem. (SILVA, 2022).

Em relação ao mercado de trabalho, convém mencionar que **a taxa de desocupação de pessoas com deficiência com idade entre 14 e 29 anos é de 25,9%**, com aumento desses índices quando há sobreposição a outros fatores como gênero e raça. Além disso, o rendimento médio das pessoas com deficiência representa cerca de dois terços do rendimento das pessoas sem deficiência, e, segundo as estatísticas, elas recebem valores menores em todas as atividades econômicas avaliadas.

Os dados revelaram que das pessoas com deficiência residentes no Brasil, no ano de 2019, 5,1% estavam abaixo da linha da pobreza extrema e 18,2% abaixo da linha da pobreza, o que representa **23,3% do total de pessoas com deficiência vivendo com cerca de US\$ 5,5 (dólares americanos) por dia**. Como decorrência desse quadro, no mesmo ano, nos domicílios com até

meio salário-mínimo de rendimento per capita, 51,2% das pessoas com deficiência receberam algum tipo de benefício social, havendo um percentual menor das pessoas com deficiência no acesso à moradia com bens essenciais (esgotamento sanitário, água em rede e coleta de lixo) quando comparadas às pessoas sem deficiência.

Diante dessa realidade, é possível perceber que garantir à pessoa com deficiência acesso adequado a direitos como educação, saúde e participação na sociedade é medida fundamental para eliminar as desigualdades, aumentar a qualidade de vida e bem-estar e assegurar a construção de uma sociedade inclusiva.

O que é acessibilidade

Se fosse possível resumir acessibilidade a um único termo, provavelmente o que melhor a definiria seria “tudo”. Isso porque acessibilidade é tudo aquilo que permite a todas as pessoas a utilização de produtos, serviços, instalações, transportes, a compreensão de informações, a realização de comunicação e a interação com outra pessoa de forma segura, independente e livre de obstáculos.

Ela pode ser estabelecida por meio de medidas simples e gradualmente implementadas, em harmonia com os princípios e aplicação do *desenho universal como orientação geral, ou seja, produtos, ambientes, programas e serviços devem ser criados em formato que permita serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico* (artigos 3º e 55 da **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, também conhecida como **Estatuto da**

Pessoa com Deficiência – [Lei 13.146](#), de 6 de Julho de 2015).

Reunir esforços para promover a acessibilidade é mais que um compromisso responsável: é um investimento que, além de efetivar uma obrigação legal, proporciona a inclusão, a autonomia e a dignidade da pessoa com deficiência, garantindo a todos os cidadãos uma cidade justa e igualitária.



O que são barreiras

A Lei Brasileira de Inclusão ([Lei 13.146/2015](#)) estabelece que as barreiras são de seis ordens: **urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, nas atitudes ou comportamentos e tecnológicas**. Porém, é seguro afirmar que configuram barreiras os entraves e obstáculos de quaisquer naturezas que dificultem ou impeçam a participação de pessoas na sociedade ou na satisfação de um direito.

O que é barreira atitudinal

As barreiras atitudinais são aquelas ligadas a “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais” (art. 3º, IV, e, da [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência](#)).

A principal barreira, que vai acabar delineando todas as demais, é a comportamental. Isso porque **as barreiras físicas, arquitetônicas, tecnológicas, de comunicação e nos transportes só serão eliminadas se as barreiras comportamentais forem rompidas.**

Não é difícil perceber que esse tipo de barreira está bastante relacionado aos **preconceitos e ao próprio despreparo** de cada um de nós na relação com as pessoas com deficiência ou com necessidades

diferentes das nossas e/ou daquelas consideradas como “padrão de normalidade”. Está relacionada também às nossas crenças, visões de mundo e concepções que consideram que a pessoa com deficiência é incapaz ou digna de pena.

NOTA: Diz-se “consideradas padrão de normalidade”, uma vez que, diante da complexidade e individualidade de cada ser humano, soa muito limitante, restritivo e excludente estabelecer que algo é “normal” ou “anormal”, pautando-se apenas pela visão de um grupo, ainda que considerado maioria sob algum aspecto.

Portanto, a diminuição ou a eliminação das barreiras comportamentais ocorrerão a partir da mudança de comportamento, o que inclui divulgar amplamente informações aos diversos grupos sociais sobre como as deficiências e suas diferentes concepções estão na origem das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e suas famílias, sobre seus direitos, inclusive de participação social em condição de igualdade com todas as pessoas. Isso quer dizer que **as estratégias voltadas ao combate das barreiras comportamentais passam necessariamente pelo**

enfrentamento ao preconceito, pela difusão de informação, pelo convívio e pelo maior preparo das pessoas para relacionarem-se com as diferenças.



Imagem: freepik.com

A adoção da [Linguagem Simples](#), por exemplo, é uma medida muito importante nessa trajetória. Isso significa que a transmissão de informações deve ser feita de forma clara, direta e de fácil compreensão, bem como de maneira inclusiva e livre de expressões capacitistas.

“O capacitismo está relacionado às formas de preconceito, discriminação e opressões contra

peessoas com algum tipo de deficiência. Em sociedades capacitistas, a ausência de qualquer deficiência é vista como normal e desejável, enquanto pessoas com alguma deficiência são entendidas como pouco (ou nada) eficientes, sendo as deficiências, portanto, percebidas como características que precisam ser superadas ou corrigidas. O capacitismo se nutre da lei do mais eficiente para inferiorizar corpos que possuem habilidades ou ritmos de eficiência distintos, considerados aquém do padrão de normalidade sustentado pela sociedade capacitista.” ([Glossário Antidiscriminatório – volume 2 – Pessoas com deficiência e pessoas idosas](#), Ministério Público de Minas Gerais, 2022, páginas 14-15)

NOTA: Considere adotar o [Glossário Antidiscriminatório](#) como uma fonte de informação em seu município. Ele está disponível no sítio eletrônico do MPMG, com acesso livre a qualquer cidadão, e reúne diversas expressões que não podem ser aceitas em uma comunidade inclusiva, além de trazer a definição de inúmeras palavras importantes na construção de atitudes e comportamentos mais adequados em uma sociedade não excludente.

É recomendado que o município elabore uma espécie de calendário de ações e eventos, que pode incluir:

- realização de campanhas de conscientização, permanentes e periódicas;
- realização de eventos culturais e de lazer para a promoção da convivência com a diversidade.

Tais medidas irão contribuir para a difusão de informações de combate a preconceitos, além de auxiliar para que a sociedade tenha conhecimento sobre as diversas necessidades e dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência no cotidiano.

Em todas as ações realizadas, o modelo do desenho universal deve ser adotado, na maior medida possível. Isto é, a concepção de todos os aspectos da campanha ou do evento deve ser feita de modo que possa ser usufruído por “todas as pessoas, sem a necessidade de adaptação ou de projeto específico” (art. 3º, II, da [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência](#)).

Isso quer dizer que os materiais desenvolvidos precisam ser pensados e criados com **possibilidade de**

acesso das informações por todas as pessoas (ou, pelo menos, pelo maior número delas), trazendo opções de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e Linguagem Simples, além de diversidade nos meios e formatos de divulgação.

NOTA: os conceitos de [Comunicação Aumentativa e Alternativa](#) e de [Linguagem Simples](#) são explicados mais adiante.

Do mesmo modo, os eventos devem ser pensados e construídos sob a perspectiva da acessibilidade integral, desde a sua divulgação, inscrições (se for o caso) e promoção de deslocamento acessível dos interessados em participar, até o desenvolvimento das atividades, de modo a permitir que as pessoas com e sem deficiência possam realizá-las e usufruir delas de forma igualitária e em conjunto.

Outro aspecto importantíssimo é a adoção de medidas que possam melhorar a interação com as pessoas com deficiência. Ou seja, ações devidamente preparadas para recepcionar, atender e interagir, mais adequadamente, com pessoas com deficiência.

Importante!

Eventuais auxílios ou ajudas devem ser oferecidos e executados sempre a partir da necessidade apresentada pela pessoa a ser auxiliada. **Essa pessoa deve ser perguntada sobre precisar de ajuda, qual tipo de ajuda e como essa ajuda seria mais bem desempenhada.** Apenas após todas essas informações, as efetivas ações de auxílio devem ser realizadas, sempre conforme a orientação/solicitação.

Desse modo, é necessário realizar a capacitação para atendimento das pessoas com deficiência, de maneira adequada, pelos variados serviços públicos locais. Vale ressaltar que, consideradas as diversas formas de deficiência, é provável que cada grupo apresente especificidades significativas nas formas de interação.

Confira a seguir um exemplo relacionado a pessoas com deficiência visual (DV):

“Ao perceber que uma pessoa com deficiência visual está chegando ao evento, aproxime-se e apresente-se a ela (e não a seu acompanhante). Vale dar um toque no ombro ou braço da pessoa, para que fique claro que você está se dirigindo a ela. Diga seu nome e pergunte se a pessoa precisa de algum auxílio.

(...)

É a pessoa com deficiência visual que segura ou se apoia na pessoa que guia, e não o contrário. Posicione-se ao lado da pessoa e encoste seu braço na mão dela, para que ela encontre seu cotovelo ou ombro. Ou pegue gentilmente na mão da pessoa e a conduza para seu cotovelo ou ombro. Caminhe um passo à frente da pessoa com deficiência. Talvez a pessoa esteja usando bengala. Não a retire da mão dele/dela. Provavelmente ele/ela vai segurar em seu braço com uma mão e manterá a bengala na outra. Se o local tiver piso tátil, informe à pessoa e deixe-a caminhar sobre ele, mesmo que esteja sendo guiada por você. Quando for atravessar ruas e avenidas ou subir/descer degraus ou escadas, informe à pessoa antes. Pergunte se ela deseja segurar no corrimão da escada e, se a resposta for positiva, indique-a onde está o corrimão ou conduza a mão da

pessoa até ele. Ao caminhar entre obstáculos estreitos, cadeiras em fila etc., passe de lado para que a pessoa te acompanhe, ou coloque seu próprio braço atrás das costas e o dobre em um ângulo de 90°, para que a pessoa se posicione atrás de você, como em uma fila indiana. Antecipe verbalmente o que há de diferente no percurso como obstáculos ou algo que possa alterar o ritmo da caminhada. Se a pessoa com Deficiência Visual for se sentar, aproxime-se com ela da cadeira/assento, e posicione a mão dela no encosto, se houver. A própria pessoa vai tatear o objeto e se acomodará. Caso o assento não tenha encosto, informe onde ele está em relação à pessoa. Ela pode tocá-lo com a bengala e se situar para se sentar.” ([Orientações para atendimento de pessoas com deficiência visual](#), Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais – NAI/UFMG)

Certamente, outros tipos de deficiência ou de condições assim equiparadas demandarão formas específicas de acolhimento e atendimento nos diferentes âmbitos, como no atendimento ao público, por exemplo.

Também é importante estimular que os serviços

privados se capacitem para esse atendimento diferenciado.

Nesse sentido, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desenvolveu, em parceria com o MPMG, a cartilha “[Atendimento Inclusivo no Varejo](#)”, de livre acesso ao público e que pode ser útil tanto para a distribuição na municipalidade quanto para a construção de boas práticas para o comércio local.

O que é comunicação

Comunicação é o processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre uma fonte emissora e um receptor. **As mensagens são transmitidas por intermédio da fala, audição, visão, movimentos corporais e faciais ou de aparelhos e dispositivos que codificam e decodificam as mensagens.** Desse modo, através da comunicação são promovidas trocas de informações, opiniões e sentimentos que devem atender às necessidades tanto do emissor quanto do receptor da mensagem.

Vamos imaginar que você esteja num país cuja língua você não domina. Como você faria para se comunicar? Provavelmente, usaria gestos ou buscaria imagens para compreender as informações e se expressar.

Se você está num restaurante e não sabe dizer o nome do prato que você quer pedir, o que você faz? Provavelmente, você aponta a sua escolha no cardápio.

Por meio da comunicação, os seres humanos partilham diferentes informações entre si, tornando o ato de comunicar uma atividade essencial para a vida em sociedade. Frente aos diversos fatores que podem comprometer a comunicação e sendo essa considerada a essência da vida humana e direito de todos, deve ser exercida na sua maior amplitude possível, independentemente do tipo ou severidade da desordem linguística, social, cognitiva, motora, sensorial ou perceptual, como afirma a *American Speech-Language-Hearing Association* – ASHA (SHRIBERG et al., 2017).

Agora, vamos imaginar que você não consiga falar de forma inteligível e/ou tenha dificuldades de compreensão em função de uma deficiência (auditiva ou surdez, paralisia cerebral, Transtorno do Espectro Autista, doença degenerativa, como a Esclerose Lateral Amiotrófica, ou sequela de Acidente Vascular Encefálico, por exemplo). O que você faria?

A humanidade utiliza, usualmente, a linguagem oral e escrita para se comunicar. Contudo, a comunicação não se restringe à fala, existindo diversas outras habilidades de expressão que podem complementar ou substituir a fala. É o que chamamos de **Comunicação Multimodal**, que engloba todas as formas usadas

por um indivíduo para comunicar uma mensagem. Geralmente, quanto mais formas usamos para nos comunicar, mais informações adicionais podem ser transmitidas se comparadas à comunicação por meio de uma única forma (fala, vocalizações, gestos, sinais manuais convencionais e não convencionais, expressões faciais e corporais, objetos, miniaturas, fotos, imagens etc.).

Por exemplo, quando escrevemos uma mensagem no *WhatsApp*, o receptor, ao ler, pode entender de forma distorcida pelo fato de a escrita não oferecer outras pistas associadas, como o tom de voz.

Qual é a melhor forma para se comunicar? Frente à multimodalidade comunicacional, a melhor forma e a mais eficaz pode variar dependendo da mensagem, do parceiro e do contexto. Por exemplo, se estou num lugar barulhento, provavelmente, a forma mais eficaz para me comunicar pode não ser a fala, e sim o gesto. E, ainda, o uso de formas mais elaboradas de comunicação, como a fala, não impede o manejo associado de outras formas mais elementares.

O que é acessibilidade na comunicação

Quando o assunto é **peessoas com deficiência e acessibilidade**, muitas vezes o primeiro pensamento que ocorre são as deficiências de mobilidade e a acessibilidade arquitetônica. Realmente, as pessoas precisam ter acesso aos espaços de forma equitativa. Mas ter acesso à comunicação é tão importante quanto.

A comunicação é um direito humano básico. É uma ferramenta que permite aos indivíduos ter qualidade de vida e participação plena na educação, no emprego, na vida familiar e comunitária.

A deficiência não é resultado apenas de limitações individuais, mas também de deficiências e barreiras do meio

ambiente, do contexto e das condições socioeconômicas. Portanto, a deficiência deve ser vista com base na funcionalidade e nas possibilidades da participação social. Para isso, muitas vezes é necessário considerar outras formas de comunicação e/ou até mesmo oferecer recursos de tecnologia assistiva que fomentem e garantam a comunicação efetiva.

NOTA: confira o [volume 3](#) de nossa série sobre tecnologias assistivas.

Porém, é importante lembrar que simplesmente disponibilizar uma ferramenta ou recurso pode não ser eficaz. As pessoas precisam ser treinadas dentro do seu contexto individual para conseguir utilizar tais ferramentas de maneira eficiente.

Nesse sentido, o fonoaudiólogo é o profissional mais indicado para auxiliar nesse processo. Segundo a [Lei nº 6.965](#), “Fonoaudiólogo é o profissional (...) que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita,

voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz”. Portanto, considere incluir esses profissionais nos projetos de acessibilidade do seu município.

A criação e a organização de programas comunitários que promovam a participação ativa e autônoma dos indivíduos são essenciais. Tais programas devem incentivar a interação em diversos ambientes e contextos, como: familiar, educacional, profissional e social, dentro de uma rede de atenção à saúde e à educação.

A prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento, a reabilitação, a educação inclusiva, a educação bilíngue de surdos e a alfabetização em braille de pessoas cegas são fundamentais para garantir a acessibilidade na comunicação e devem acontecer em uma perspectiva de **atenção integral e humanizada** dessas pessoas. Isso envolve o desenvolvimento da linguagem, favorecendo a comunicação e a aprendizagem, além do preparo e fortalecimento da sociedade que interage com o indivíduo com deficiências na comunicação e para aqueles que fazem parte de um grupo que possuem uma diferença linguística, como é o caso dos sujeitos surdos sinalizantes que utilizam a Língua de Sinais para se comunicarem.

É necessário criar comunidades de comunicação acessível. E, para isso, é necessário intervir com os parceiros de comunicação de modo a conhecer e validar as múltiplas formas de comunicação, criar hábitos que apoiem a comunicação autônoma, como oferecer recursos de comunicação acessíveis nos ambientes públicos e privados; manter os recursos de uso individual de fácil acesso e a todo momento; oferecer o tempo necessário para que a pessoa comunique a sua própria mensagem; promover divulgação, orientação e familiaridade à sociedade para que também saiba se comunicar de outras formas e oportunize a aprendizagem e a comunicação de outras formas.

A comunicação é um direito de todos e deve ser garantida em sua plenitude.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2003), o processo de minimização dos obstáculos, de potencialização das habilidades e da inclusão da pessoa com deficiência é responsabilidade do Estado, da sociedade e das próprias pessoas com deficiência.

Acessibilidade e informação

O acesso à informação e à comunicação de qualquer material informativo deve ser garantido a toda e qualquer pessoa, seja pela disponibilização de recursos de acessibilidade (linguagem simples, legendas, Braille, áudio descrição, Libras, pictogramas etc.), seja por equipamentos disponibilizados em estruturas acessíveis (fones, teclados adaptados, leitores de tela etc.), seja por ambos, de acordo com o tipo de informação e contexto (sítios de internet, lan house, comércio, serviços públicos e privados, sistemas de radiodifusão etc.).

Termos e conceitos importantes

O artigo 3º da [Lei Brasileira de Inclusão \(LBI\)](#) traz conceitos muito importantes para a política de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A seguir, apresentamos outros termos relevantes, embora não descritos na LBI:

- **Pessoas com necessidades complexas de comunicação (pessoas com NCC):** são todas as pessoas que têm qualquer deficiência ou limitação para se comunicar por meio da fala e/ou da escrita.

- **Sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) ou Sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA):** é um conjunto de procedimentos e intervenções utilizado para melhorar a comunicação e a vida diária de indivíduos com deficiências ou limitações. A CAA/CSA complementa ou substitui a fala e/ou a escrita, por meio de recursos como placas com imagens, fotografias, computadores, entre outros.
- **Símbolos:** são imagens gráficas que apresentam características comuns entre si, criados para responder a diferentes exigências ou necessidades dos usuários de CAA/CSA. Não se espera que sejam apenas reconhecidos visualmente, mas incorporados a situações contextualizadas durante as intervenções e em contextos funcionais dos usuários, assumindo significados à medida que são utilizados com intenção comunicativa. É importante ressaltar que os símbolos selecionados devem ir ao encontro das necessidades comunicativas individuais.
- **Recursos:** qualquer instrumento exterior ao usuário, envolvendo opções de baixa ou alta tecnologia, dentre eles: as pranchas de comunicação, os flipbooks, objetos, fotos e os dispositivos eletrônicos, como computadores, tablets e aplicativos de comunicação com fala digitalizada, além de outros tipos de tecnologias de apoio para a comunicação.

- **Técnicas:** envolvem as formas de acesso ao recurso (direto ou indireto).
- **Estratégias:** como utilizar os recursos de maneira funcional.

Em 2023, o Comitê de Comunicação Alternativa do Departamento de Linguagem da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia lançou o e-book [“Fonoaudiologia na Comunicação Alternativa: Compartilhando Saberes”](#). O capítulo 2, intitulado “Sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa: Conceitos Essenciais para a Prática Clínica”, aborda mais detalhadamente esses e diversos outros conceitos importantes para a área.

Importância dos símbolos na acessibilidade

A [Lei Brasileira de Inclusão \(LBI\)](#) apresenta diversas determinações para a garantia da acessibilidade comunicacional e da informação. Muitas delas voltam-se ao atendimento prioritário, como:

- Sinalizações sobre as pessoas com direito prioritário, o que inclui as pessoas com deficiência, pessoas com transtorno do espectro autista, além de pessoas com limitações temporárias;
- Sinalização e disponibilização de informações de forma acessível para viabilizar o deslocamento e acesso aos locais de forma rápida e segura, facilitando, por exemplo, o uso de serviços de atendimento ao público;
- Disponibilização de tradutor/intérprete de Libras para as pessoas surdas;

- Audiodescrição para as pessoas cegas ou com baixa visão, sempre que solicitado;
- Oferecer informações em linguagem simples, verbal ou escrita, sempre que possível;
- Validação de outras formas de comunicação: escrita e/ou pictogramas, por meio de recursos de alta tecnologia (celular, tablets e computadores) ou baixa tecnologia (pranchas de comunicação impressas, objetos), gestos, Libras e Braille.

Os símbolos utilizados para indicar atendimento prioritário devem ser legíveis, de fácil compreensão, atendendo a pessoas estrangeiras, analfabetas e com baixa visão ou cegas, para as quais os símbolos devem estar em relevo. A seguir, alguns exemplos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ([NBR 9050/2020](#)) (imagens 1 a 10):

Imagem 1: Símbolos de atendimento preferencial



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 2: Símbolo internacional de acesso (SIA)



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 3: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



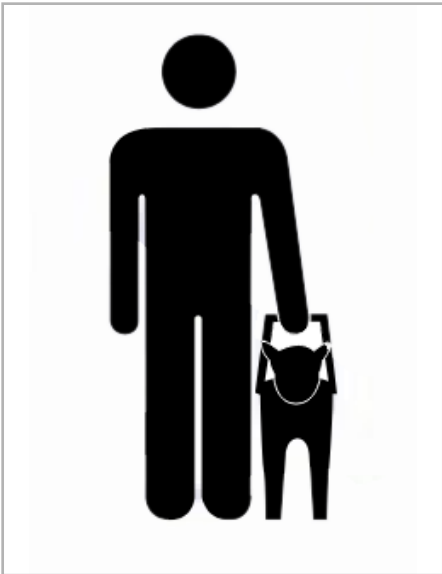
Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 4: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 5: Símbolo de pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 6: Símbolos de sanitários acessíveis



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 7: Símbolo de escada rolante com degrau para cadeira de rodas



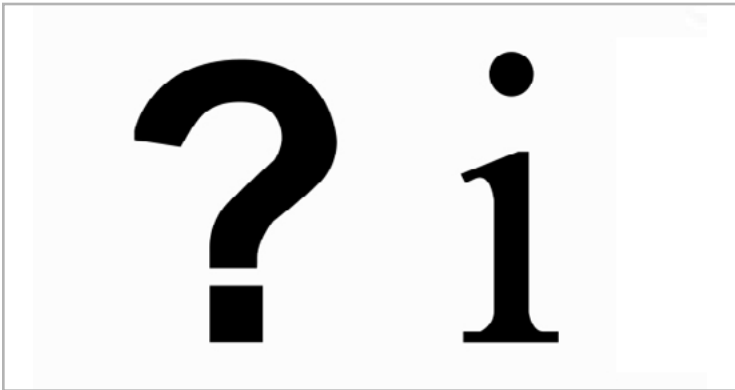
Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 8: Símbolo de escada com plataforma móvel



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 9: Símbolos internacionais de informação



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 10: Símbolos de telefone



Fonte: [Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#)

Imagem 11: Símbolo de acessibilidade em Libras



Fonte: [Manual “Símbolo acessível em Libras”](#), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

O que é Linguagem Simples

A Linguagem Simples é uma técnica que facilita o acesso à informação. Tem como base escrever e desenhar de maneira simples, isto é, organizar as informações escritas e visuais de maneira clara e acessível, de modo que a mensagem seja entendida de forma fácil e rápida. É necessário que ela seja validada com o público, ou seja, testar se o texto é claro e bem compreendido na prática.

O uso da Linguagem Simples favorece a população em geral e, especialmente, pessoas com necessidades complexas de comunicação, com dificuldades de compreensão e expressão, pessoas com deficiência intelectual ou com perda de habilidades cognitivas (quadros demenciais), pessoas idosas, analfabetos, funcionais ou não.

DICA: confira o guia digital “[Simples assim – comunique com todo mundo](#)”, que traz informações e dicas práticas sobre a técnica de Linguagem Simples. É um material muito didático e fácil de entender. Recomendamos muito a sua leitura!

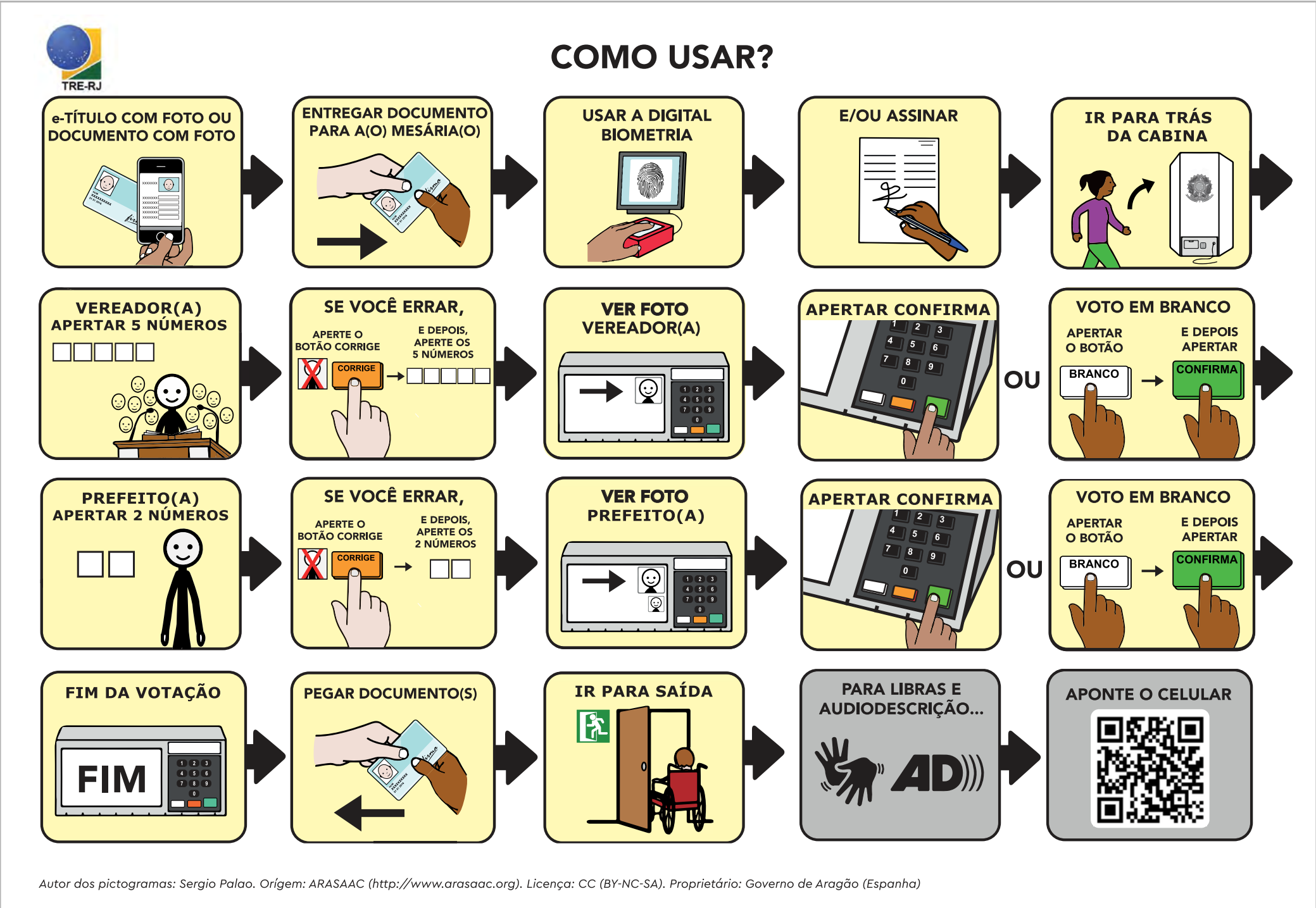
Exemplos de acessibilidade na comunicação

Eleições no Rio De Janeiro

Em 2022, houve [distribuição de cerca de 1.500 pranchas](#) de comunicação alternativa, a cada turno, para serem afixadas em 177 locais de votação, a fim de facilitar a comunicação e esclarecer dúvidas do passo a passo do processo eleitoral. O material foi destinado não só às pessoas com necessidades complexas de comunicação, mas também para aquelas com dificuldade de comunicação ou de compreensão sobre o processo de votação. A ação teve o objetivo de garantir acessibilidade comunicacional nas eleições e foi uma iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro/RJ (SMPD).

Em 2024, a distribuição aumentou para 15 mil unidades e as pranchas foram atualizadas (imagem 12), incluindo a inserção de um código QR que direciona para vídeo com mais recursos de acessibilidade (libras, audiodescrição e legendagem).

Imagem 12: Pranchas de comunicação alternativa para o processo de votação



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - Autoria: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro (SMPD). Autor dos pictogramas: Sergio Palao. Origem: ARASAAC. Licença: CC (BY-NC-SA). Proprietário: Governo de Aragão (Espanha)

Pandemia Covid-19

Durante a pandemia da Covid-19, foram criados materiais para orientar sobre os riscos da doença e os cuidados necessários, como o uso de máscara,

Cartilha “Eu Me Protejo”

Outro exemplo de material adaptado e com tema muito relevante é a [cartilha “Eu Me Protejo”](#), um projeto criado para que as crianças com e sem deficiência aprendam que seus corpos são seus e devem ser respeitados. Todo o material é gratuito e pode ser usado, desde que indicado a fonte e autoria.

Imagem 14: Projeto “Eu Me Protejo”



Fonte: [Projeto Eu Me Protejo](#) - Autoria: Neusa Maria, Patrícia Almeida e colaboradores

Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa

Ao falar de projetos reais de acessibilidade e sua aplicabilidade, não podemos deixar de citar o [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARASAAC\)](#), projeto financiado pelo Departamento de

Cultura, Desporto e Educação do governo de Aragão, Espanha.

Conforme descrição do próprio sítio eletrónico, o ARASAAC “oferece recursos gráficos e materiais adaptados sob licença *Creative Commons* (BY - NC - SA) para facilitar a comunicação e a acessibilidade cognitiva a todas as pessoas que, por diferentes razões (autismo, deficiência intelectual, ausência de linguagem, idade etc.), apresentam sérias dificuldades nestas áreas que impedem a sua inclusão em qualquer domínio da vida cotidiana” e pode ser uma ótima fonte de conhecimento de práticas acessíveis.

Acessibilidade comunicacional no ambiente de trabalho

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Em relação à acessibilidade comunicacional no ambiente de trabalho, é importante ter atenção aos seguintes aspectos:

- igualdade de oportunidades para pessoas com necessidades complexas de comunicação nos processos seletivos;
- sensibilizar os colegas de trabalho quanto à neurodiversidade do ambiente profissional, presumindo competências: dirigir-se diretamente à pessoa com deficiência, não infantilizar, validar as diversas formas de comunicação;

- promover e garantir a permanência da pessoa no ambiente de trabalho, oferecendo as adequações necessárias.



Acessibilidade no comércio e no atendimento privado

O Sebrae de Minas Gerais, em parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência/CAO-IPCD e Procon/MG), elaborou [uma cartilha](#) voltada para os varejistas e empreendedores sobre como oferecer um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência.

De acordo com as informações trazidas nesse material, é possível perceber que **a principal queixa das pessoas com deficiência está relacionada à acessibilidade comunicacional**. Para tentar satisfazer essas demandas, a cartilha propõe o atendimento inclusivo no varejo, levando informações úteis sobre o que fazer e o que não fazer diante das pessoas

com deficiência, além de mencionar a importância de cursos de capacitação e treinamentos para a equipe de atendimento.

Importante lembrar que um atendimento qualificado no comércio e em outros empreendimentos às pessoas com deficiência pode impactar diretamente na economia e no consumo locais.

Segundo a cartilha, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas revela que as pessoas com deficiência movimentam mais de R\$ 5,5 bilhões por ano no Brasil.

Acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde

Em relação aos serviços de saúde, é imprescindível garantir às pessoas com deficiência igualdade de tratamento e de atendimento em relação às demais.

O princípio da equidade no Sistema Único de Saúde determina que todas as pessoas tenham acesso garantido aos serviços e recursos para atender suas demandas. No caso de pessoas com necessidades complexas de comunicação (NCC), o direito à comunicação relaciona-se com o acesso aos componentes de comunicação suplementar e alternativa ou comunicação aumentativa e alternativa (CSA/CAA), apoiando-se na atuação em equipe e presente em todos os níveis e equipamentos do SUS. Em publicações do Ministério da Saúde, o acesso à comunicação é reafirmado enquanto direito, assim como o

acesso a processos de reabilitação que incluam a CSA/CAA, entre outros recursos de Tecnologia Assistiva (Deliberato et al, 2023).

Ainda no que diz respeito à importância da acessibilidade comunicacional no campo da saúde, podemos citar a necessidade de viabilizar os serviços de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para pessoas em vulnerabilidade comunicativa dentro das [Práticas de Humanização do SUS](#).

[Confira aqui](#) uma série de pranchas de comunicação alternativa para o contexto hospitalar que foram elaboradas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – grupo COM Acesso, com o apoio da ISAAC Brasil – *International Society for Augmentative and Alternative Communication*. Os arquivos estão no formato PDF e podem ser impressos.

Uma grande ação em parceria com essas duas instituições foi desenvolvida pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia (CREFONO 6) nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (ambos sob sua jurisdição), com o apoio das respectivas Secretarias de Saúde. Mais de 3.500 [kits de pranchas](#) foram distribuídos na rede SUS para atendimento de pacientes com Covid-19.

Acessibilidade comunicacional na cultura, esporte, turismo e lazer

Em locais com atrações como apresentações artísticas, eventos de esporte, estádios, aeroportos, rodoviárias e portos, pontos turísticos, praças, parques, museus, shoppings, restaurantes, lanchonetes, cinema, programas de televisão etc., é necessário haver oferta de intérpretes de Libras, serviços de audiodescrição, recursos áudio-táteis e de comunicação alternativa.

NOTA: Neste tópico, visando um maior detalhamento de medidas estratégicas, com exemplificação e imagens, foram utilizados os textos disponíveis no [Projeto “Aula Aberta ARASAAC”](#). Todos os subitens contam com links que levam especificamente à página de referência.

Evento esportivo

Como exemplo de evento esportivo acessível, podemos citar a 1ª Corrida Adaptada para Crianças com deficiência, diversidade funcional ou outras circunstâncias no município de Vic, na Espanha.

O percurso foi linear e os participantes puderam escolher a distância de 10 a 50 metros. As famílias participantes receberam a história social da prova adaptada com pictogramas ARASAAC para antecipar e estruturar a atividade. Os espaços foram rotulados com os mesmos pictogramas da ARASAAC como na história social. Saiba mais sobre essa iniciativa [clikando aqui](#).

Imagem 15: Corrida adaptada para crianças com deficiência



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 16: Sinalização de ponto de início de corrida



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 17: Sinalização de ponto de entrega de medalhas



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 18: Pranchas de comunicação alternativa com instruções sobre a corrida



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Museu

O Museu de pré-história da cidade de Valência, na Espanha, desenvolveu um projeto para criação de uma série de guias adaptados com pictogramas ARASAAC e dirigidos a pessoas com dificuldades de comunicação cognitiva e acessibilidade. Saiba mais sobre essa iniciativa [clikando aqui](#).

Imagem 19: Exemplo de pictogramas ARASAAC no “Museu de Prehistória de Valência”



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Área pública de lazer

Ainda na Espanha, a Câmara Municipal de Córdoba e a [Associação de Autistas de Córdoba](#) estão realizando a iniciativa de criar parques acessíveis para facilitar a inclusão de todas as pessoas em todas as áreas da cidade, através de pictogramas ARASAAC. Para isso, foi colocada uma série de cartazes que incluem: nome e fotografia do equipamento urbano (balanço, gangorra, túnel etc.), além de uma sequência de pictogramas que explicam o uso adequado do local.

Também foi colocado um pôster explicativo para conscientizar as pessoas sobre como agir com quem tem problemas de comunicação e de compreensão do meio ambiente. Saiba mais sobre essa iniciativa [clicando aqui](#).

Imagem 20: Placa explicativa sobre acessibilidade cognitiva em parque de Córdoba, Espanha



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 21: Placa explicativa sobre como usar um brinquedo em parque em Córdoba, Espanha



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Como exemplo de iniciativa brasileira, citamos a ação desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a ISAAC-Brasil, a [Assistiva – Tecnologia e Educação](#).

A ação contou com a criação de placas temáticas de sinalização com pictogramas de Comunicação Aumentativa e Alternativa para os parques infantis de Porto Alegre. Essas placas têm os principais pictogramas relacionados ao contexto para que o público possa, pelo apontamento, indicar suas necessidades, desejos e sensações, promovendo a comunicação e mesmo a interação do público infantil nesses parques. Esse tipo de recurso tem ainda a intenção de sensibilizar a população em geral, ao permiti-la vivenciar novas formas de comunicação e contato com recursos de Tecnologia Assistiva.

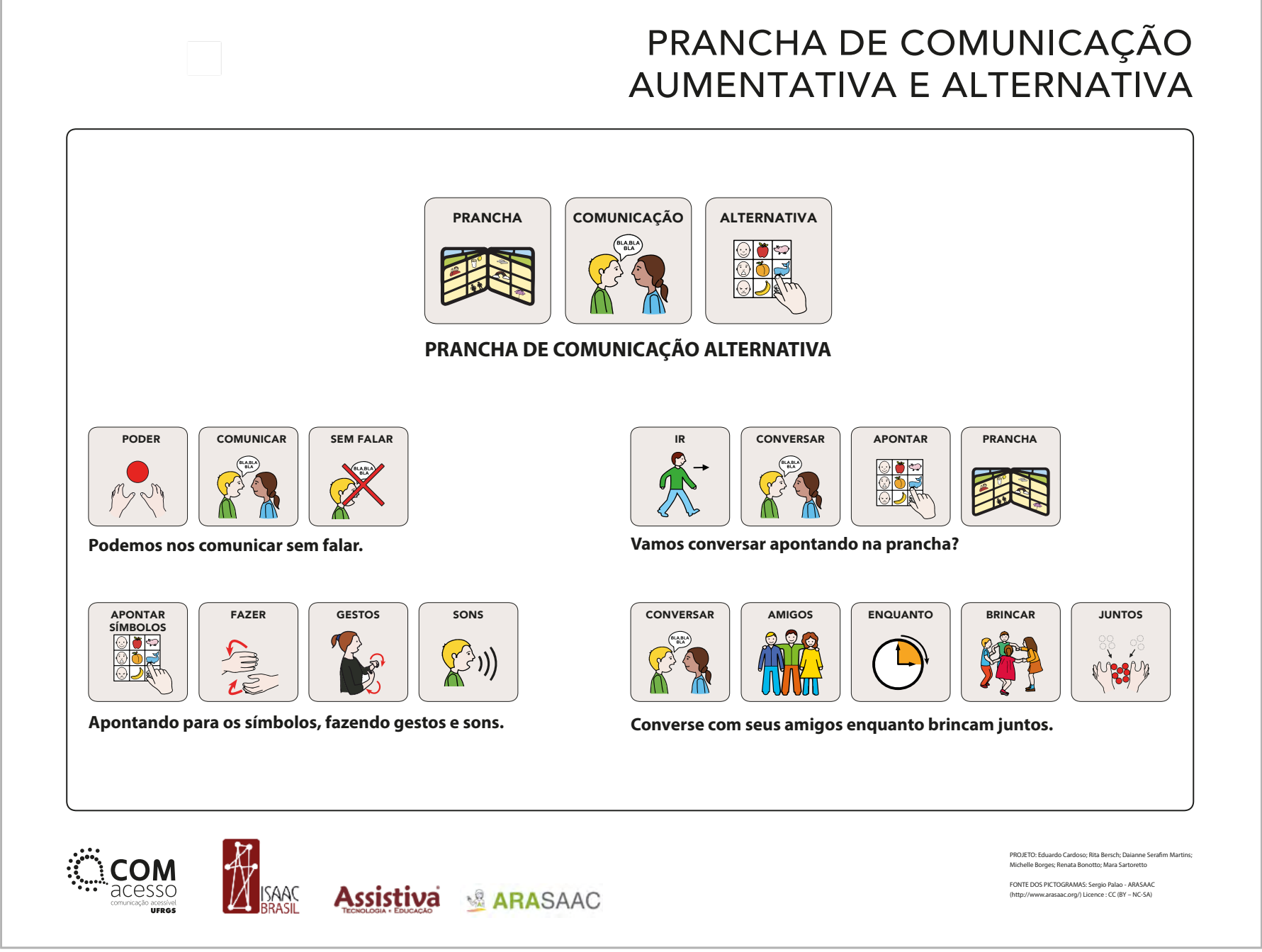
As placas têm 1,50m x 1,20m, duas faces e um tubo central para fixação no solo (**imagens 22 a 25**). Elas contam com a prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa em um dos lados e, no outro, orientações gerais e um convite para se divertir ao se comunicar utilizando a prancha. Saiba mais sobre essa iniciativa [clcando aqui](#).

Imagem 22: Prancha de comunicação alternativa com pictogramas ARAASAC (frente e verso de placa em parque em Porto Alegre)



Fonte: [COM Acesso/UFRGS](#). Autor dos pictogramas: Sergio Palao. Origem: [ARASAAC](#). Licença: CC (BY-NC-SA). Proprietário: Governo de Aragão (Espanha)

Imagem 23: Prancha de comunicação alternativa com pictogramas ARAASAC (verso de placa em parque em Porto Alegre)



Fonte: [COM Acesso/UFRGS](#). Autor dos pictogramas: Sergio Palao. Origem: [ARASAAC](#). Licença: CC (BY-NC-SA). Proprietário: Governo de Aragão (Espanha)

Imagem 24: Pranchas de comunicação alternativa utilizadas em parques infantis de Porto Alegre



Fonte: [COM Acesso/UFRGS](#). Autor dos pictogramas: Sergio Palao. Origem: [ARASAAC](#). Licença: CC (BY-NC-SA). Proprietário: Governo de Aragão (Espanha)

Em dezembro de 2024, foi inaugurada a primeira de quatro pranchas de CAA desenvolvidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia-6ª Região (CREFONO 6) e instalada no Parque Municipal da cidade de Belo Horizonte/MG com o apoio da Fundação de Parques e Zoobotânica da Prefeitura de Belo Horizonte, com o mesmo objetivo descrito anteriormente.

Imagem 25: Prancha de comunicação alternativa em parque urbano em Belo Horizonte



Fonte: Arquivo do CREFONO 6

Imagem 26: Prancha de comunicação alternativa em parque urbano em Belo Horizonte



Fonte: Arquivo do CREFONO 6

Acessibilidade comunicacional, mobilidade e transporte

A existência de variação comunicacional, promovendo outras possibilidades de troca de informações, também precisa ser observada nos transportes públicos. A seguir, apresentamos exemplos de uso da sinalização com pictogramas em ônibus e táxis de algumas cidades.

NOTA: Neste tópico, visando um maior detalhamento de medidas estratégicas, com exemplificação e imagens, foram utilizados os textos disponíveis no [Projeto “Aula Aberta ARASAAC”](#). Todos os subitens contam com links que levam especificamente à página de referência.

Ônibus

Linha 85A banda de Saes, Buenos Aires, Argentina.
Saiba mais sobre essa iniciativa [clikando aqui](#).

Imagem 27: Pictogramas em ônibus em Buenos Aires, Argentina – Esperando e entrando no ônibus



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 28: Pictogramas em ônibus em Buenos Aires, Argentina – Passando na catraca



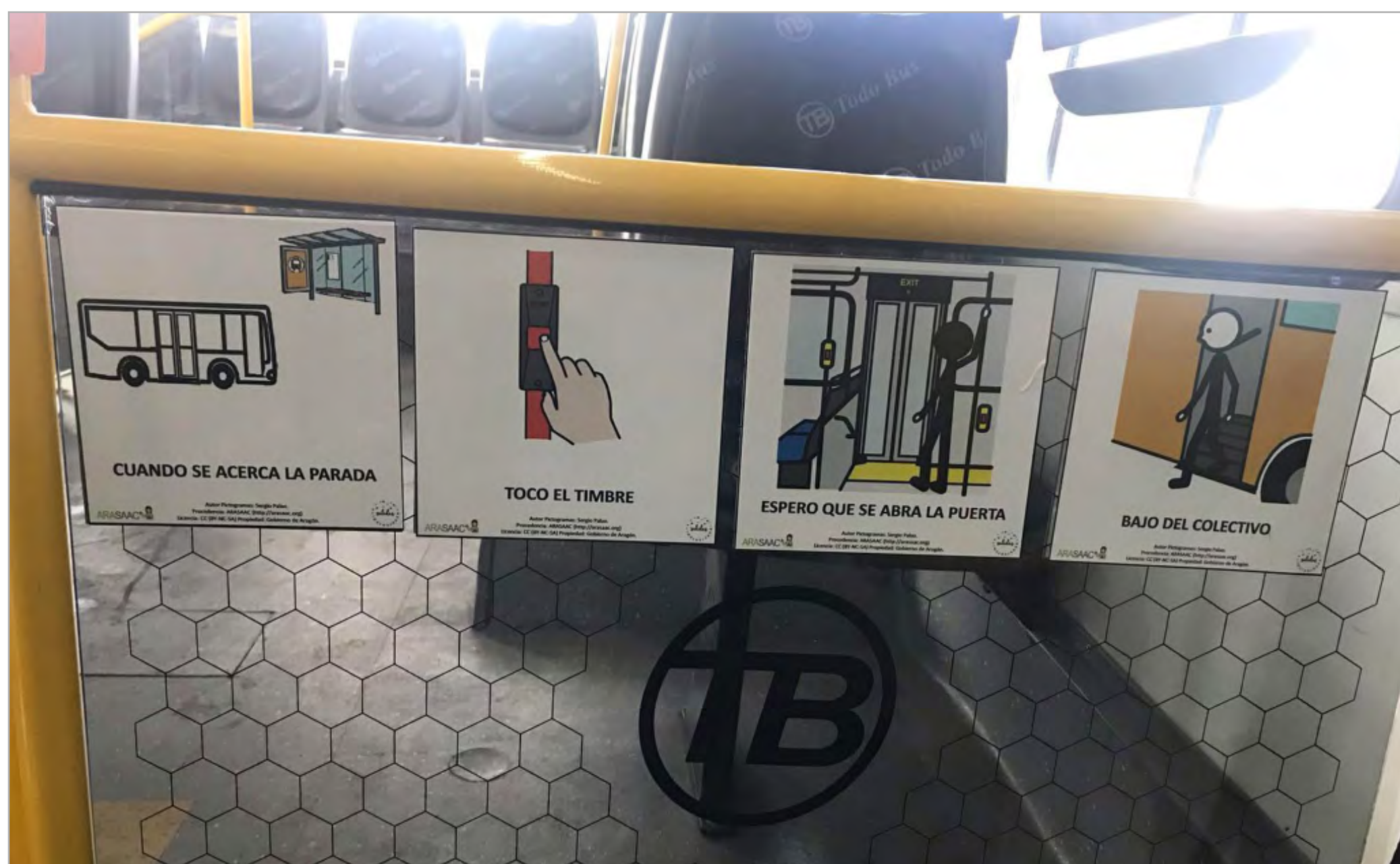
Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 29: Pictogramas em ônibus em Buenos Aires, Argentina – Abrindo a porta em caso de problemas



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Imagem 30: Pictogramas em ônibus em Buenos Aires, Argentina – Saindo do ônibus



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Travessia de pedestres

Não nos esqueçamos de que a garantia de trânsito de pessoas, para além do transporte público em si, depende de um conjunto de fatores que possibilitem autonomia e segurança na mobilidade.

Com semáforos

A inclusão de ajudas visuais por meio da utilização de pictogramas ARASAAC nos semáforos permite às pessoas interpretar corretamente o código e ajudá-las a atravessar quando permitido (luz verde) e a não atravessar quando não permitido (luz vermelha). Este tipo de ação também sensibiliza a população para a necessidade de melhorar a acessibilidade cognitiva nos espaços públicos urbanos, o que auxilia no combate às barreiras comportamentais. Saiba mais [clikando aqui](#).

Imagem 32: Pictogramas ARASAAC em semáforo



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Sem semáforos

A inclusão de pictogramas ARASAAC em passagens exclusivas para pedestre e sem semáforos permite que os utilizadores desses símbolos possam realizar a travessia com maior segurança.

Esta é mais uma ação que pode auxiliar na diminuição das barreiras de comportamento, na medida em que sensibiliza o resto da população para a necessidade de adequação desse tipo de mobiliário urbano, garantindo acessibilidade cognitiva nos espaços públicos. Saiba mais [clcando aqui](#).

Imagem 33: Pictogramas ARASAAC em passagem de pedestres sem semáforo



Fonte: [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARAASAC\)](#)

Como podemos concluir, são algumas as iniciativas desenvolvidas no Brasil e em outros países.

Além de contribuir para o conhecimento a respeito das barreiras de comunicação e de comportamento existentes nas sociedades, este guia mostra que ações simples podem ser fundamentais para garantir acessibilidade comunicacional a pessoas com e sem deficiência.

Para saber mais (links úteis)

- [5ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência](#), organizada em 2021 pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Palestras com representantes de entidades, governo e sociedade civil organizada sobre a reformulação e adequação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência em Minas Gerais.
- [V Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Uberaba](#), organizada em 2021 pelo Projeto Portas Abertas. Traz palestras dentro do tema “Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos Da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais Inclusivo”, dentre outros.
- [Atendimento inclusivo no varejo. Um bom negócio!](#), do Sebrae e MPMG. Traz dicas sobre ações que devem ser colocadas em prática para atender as demandas das pessoas com deficiência nas relações de consumo.

- [Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa \(ARASAAC\)](#). Oferece recursos gráficos e materiais adaptados sob licença Creative Commons para facilitar a comunicação e a acessibilidade cognitiva a todas as pessoas que, por diferentes razões (autismo, deficiência intelectual, ausência de linguagem, idade etc.), apresentam sérias dificuldades nessas áreas que impedem a sua inclusão em qualquer domínio da vida quotidiana.
- [Comunicação Suplementar e Alternativa no Transtorno do Espectro Autista \(TEA\)](#), do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 6ª Região (CREFONO 6). Vídeo curto que traz informações sobre os estímulos à comunicação das pessoas com TEA e como essa comunicação se desenvolve.
- [Curso sobre Comunicação Aumentativa e Alternativa, da Rede Mineira de Tecnologia Assistiva](#). Em formato de vídeo, apresenta os conceitos básicos na área, o trabalho desenvolvido no mundo e no Brasil, os paradigmas quanto ao trabalho, quem são os candidatos ao uso desses recursos, quais são os critérios avaliativos para a indicação de recursos de baixa e alta tecnologia, quais são os recursos mais indicados e os contextos de atuação.
- [Escola Virtual do Governo Federal](#). Oferece trilhas de aprendizagem e cursos gratuitos, havendo muitos com temática de acessibilidade e Linguagem Simples, por exemplo.
- [Linguagem Simples](#), do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Governo Federal. Traz vídeos,

dicas, entre outras ferramentas simples, sobre a técnica de Linguagem Simples. “A Linguagem Simples é uma forma de comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva. Além de ser uma técnica, é também uma causa social, pois defende o acesso efetivo dos cidadãos e cidadãs aos serviços públicos e o pleno entendimento dos seus direitos e deveres”.

- [Live nº 58 – CREFONO 6](#), do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 6ª Região. Traz informações sobre comunicação alternativa.

- [Orientações para atendimento de pessoas com deficiência visual](#), do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dá orientações para atendimento de pessoas com deficiência visual nos mais variados ambientes e situações, entre elas, a recepção, condução e a audiodescrição de conteúdos para esse público.

- [Pranchas de Comunicação Aumentativa e Alternativa para pacientes hospitalizados](#), da Secretaria de Saúde de Minas Gerais e do Conselho Regional de Fonoaudiologia – 6ª Região. Desenvolvidas durante a pandemia de Covid-19, com material disponibilizado para impressão, além de [vídeo informativo](#).

- [Produção de Material](#), do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Documento produzido para nortear a produção de materiais

didáticos acessíveis aos alunos com baixa visão ou cegos, os quais, normalmente, fazem uso de tecnologias assistivas (lupas eletrônicas, leitores de telas ou outros dispositivos para leitura).

- [Programa Além das Montanhas](#), do Ministério Público de Minas Gerais. Produzido pela TV MP, o episódio traz a temática “Projeto aMPliar – programa vai ampliar acessibilidade em Minas”.
- [Simples assim – Comunique com todo mundo](#), coordenado por Patricia Almeida. Guia digital com dicas e informações sobre Linguagem Simples, que é uma técnica que facilita o acesso à informação escrita e visual.

Legislação e normas

- [Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981](#). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo e determina outras providências.
- [Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- [Norma Brasileira 9050 de 2020 \(ABNT NBR 9050/2020\)](#), da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Referências

ALMEIDA, Patricia; MARIA, Neusa. Cartilha [Eu me protejo](#). Instituto Meta Social, 2020. Acesso em 06/02/2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Norma Brasileira – [ABNT NBR 9050](#)*, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. [Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981](#). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo e determina outras providências. Acesso em 01/02/2024.

BRASIL. [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em 01/02/2024.

CENTRO ARAGONÊS DE COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA (ARASAAC). [Portal ARASAAC](#). Acesso em 01/02/2024.

DELIBERATO, Débora; FERREIRA-DONATI, Grace Cristina; MONTENEGRO, Ana Cristina de Albuquerque (Org.). [Fonoaudiologia na comunicação alternativa: compartilhando saberes](#). São Paulo: ABarros, 2023. Livro em PDF. ISBN 978-65-85075-40-4.

D'OLIVEIRA, V. C. *Eleições para todos – Acessibilidade Comunicacional nas eleições de 2022*. Revista Nacional de Reabilitação – Reação – Pessoa com Deficiência e Diversidade Assistiva, v. XXVI, nº 149, p. 12, maio/jun. 2023.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. [*Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil*](#). Rio de Janeiro, 2022. Acesso em: 3 jul. 2024.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR AUGMENTATIVE AND ALTERNATIVE COMMUNICATION (ISAAC). [Portal ISAAC Brasil](#). Associação sem fins lucrativos. Acesso em 01/02/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. [*Glossário Antidiscriminatório - volume 2: pessoas com deficiência e pessoas idosas*](#). Belo Horizonte, 2022. Acesso em 04/03/2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. [Portal OMS Brasil](#). Acesso em 07/06/2024.

SEBRAE MINAS; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. [*Atendimento inclusivo no varejo. Um bom negócio!*](#) Belo Horizonte, 2023. Acesso em 04/03/2024.

SILVA, Giselli Mara da. *O bilinguismo dos surdos: perfis linguísticos e usos da Libras e do português*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

SHRIBERG, L. D.; STRAND, E. A.; FOURAKIS, M.; JAKIELSKI, K.

J.; HALL, S. D.; KARLSSON, H. B.; MABIE, H. L.; MCSWEENEY, J. L.; TILKENS, C. M.; WILSON, D. L. [*A diagnostic marker to discriminate childhood apraxia of speech from speech delay: III. Theoretical coherence of the pause marker with speech processing deficits in childhood apraxia of speech.*](#) Journal of Speech, Language, and Hearing Research, v. 60, n. 4, p. S1135-S1152, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. [*Orientações para atendimento de pessoas com deficiência visual.*](#) Belo Horizonte, 2022. Acesso em 04/03/2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. [*POP – Produção de Material.*](#) Belo Horizonte, 2021. Acesso em 04/03/2024.

APOIO



REALIZAÇÃO



Acesse: mpmg.mp.br/ampliar